



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº. 128/2021**

**SENHOR PRESIDENTE,  
ILUSTRES LEGISLADORES,**

Por intermédio deste expediente, encaminhamos a essa preclara Casa de Leis o Projeto de Lei nº. 128/2021, o qual resta assim ementado: **“DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A presente proposta legislativa visa autorizar o Executivo Municipal a doar o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao Conselho Comunitário de Segurança do município de Campo Verde-MT, para que seja viabilizada a execução da obra de instalação da cobertura na Unidade Operacional Serra de São Vicente da Polícia Rodoviária Federal, localizada às margens da BR 364, quilômetro 18, pertencente ao município de Campo Verde-MT.

Ressalta-se que este projeto tem como principal escopo contribuir para com a salubridade no dia-a-dia dos agentes de polícia desta circunscrição.

Na certeza de contarmos com a colaboração para a aprovação, por unanimidade, elucidamos as razões do projeto de lei que ora apresento a essa Colenda Casa do Povo, valendo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

CIDADE EM *Transformação*



**PROJETO DE LEI Nº. 128, 24 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSO AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

**Faz Saber**, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar por doação, R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), ao Conselho Comunitário de Segurança do Município de Campo Verde-MT (CONSEG), inscrito no CNPJ nº. 41.999.966/0001-61, que deverá os destinar exclusivamente para a realização à execução da obra de cobertura da Unidade Operacional Serra de São Vicente da Polícia Rodoviária Federal, localizada às margens da BR 364, quilômetro 18, pertencente ao município de Campo Verde.

**Art. 2º.** Os valores doados deverão ter a prestação de contas de sua destinação perante a Prefeitura Municipal de Campo Verde comprovando os gastos em prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da conclusão da obra.

**Art. 3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso,  
em 24 de novembro de 2021.

**ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

CIDADE EM *Transformação*



Ofício nº 222/2021-SIASP

Campo Verde/MT, 22 de novembro de 2021.


**EXMO SR.  
ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL**

Excelentíssimo Prefeito;

Após cumprimentá-lo cordialmente, venho por este instrumento solicitar, conforme acertado anteriormente, que seja remetido Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores solicitando autorização para Abertura de Crédito Especial e o repasse da quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o Conselho Comunitário de Segurança de Campo Verde-CONSEG, a ser utilizado na obra de cobertura da Unidade Operacional Serra de São Vicente, pertencente ao Município de Campo Verde, visando contribuir para a efetiva atuação da PRF em nossa circunscrição.

Nesse sentido, solicitamos ainda que seja providenciado instrumento jurídico de convênio entre o Município de Campo Verde/Secretaria Municipal de Apoio a Segurança e o Conselho Comunitário de Segurança para o objetivo acima informado.

Atenciosamente;

  
Viviane Bernardino Ferreira

Sec. M. Integrada de Apoio  
a Segurança Pública  
SECRETÁRIA INTEGRADA DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA  
Portaria 572/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE MT

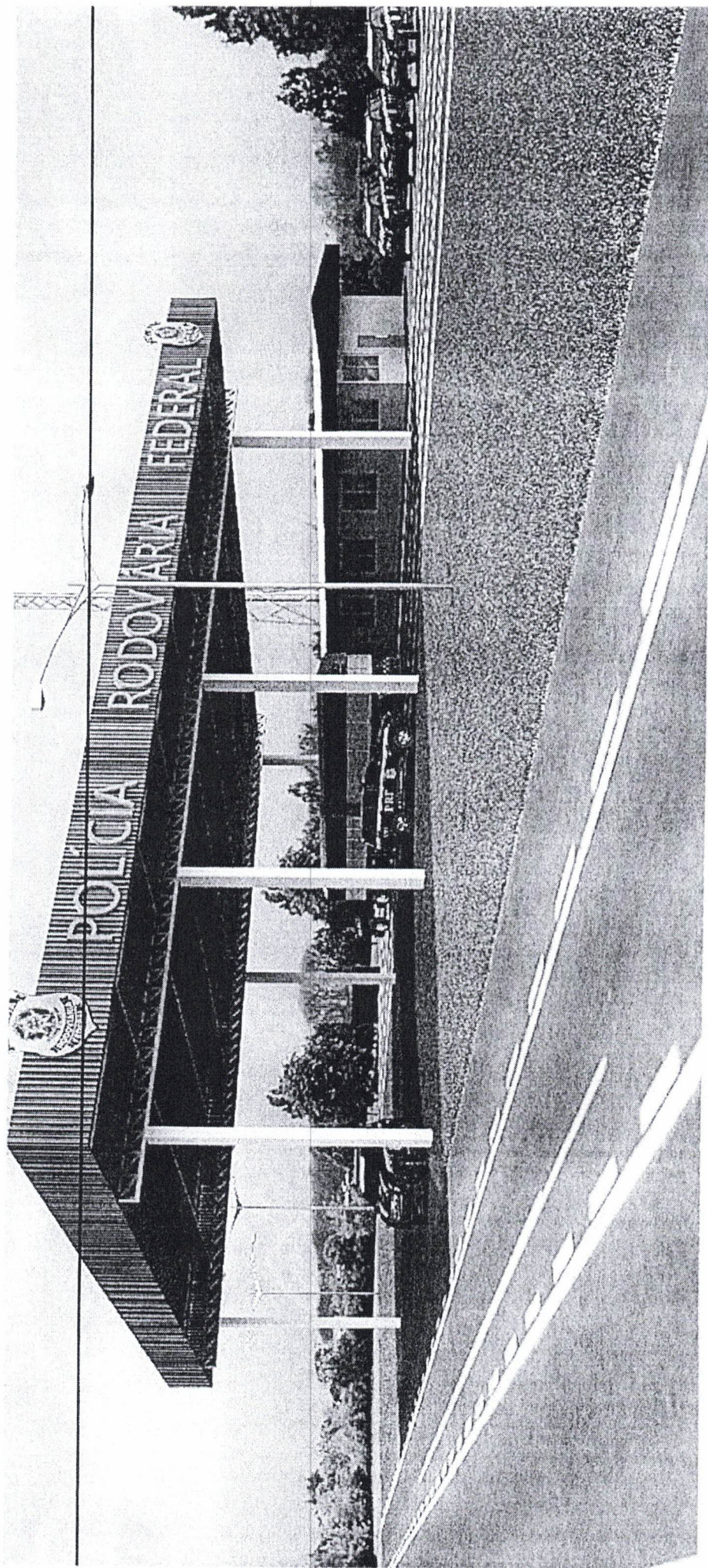
Protocolo: 5711/2021

Data: 23/11/2021 09:30

Interessado: (P) VIVIANE BERNARDINO FE...

Setor: GABINETE DO PREFEITO - DOCUMENTOS DIV...









# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.999.966/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/04/2021
NOME EMPRESARIAL CONSELHO COMUNITARIO DE SEGURANCA DO MUNICIPIO DE CAMPO VERDE - MT		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R RONDONIA	NÚMERO 255	COMPLEMENTO *****
CEP 78.840-000	BAIRRO/DISTRITO SAO LOURENCO	MUNICÍPIO CAMPO VERDE
UF MT		
ENDEREÇO ELETRÔNICO TONETOANTONIO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (66) 9655-9083	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/04/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/05/2021 às 10:06:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## 2º Serviço Notarial e Registral Nesken

Comarca de Campo Verde - MT  
CNPJ: 36.924.884/0001-18  
Tabeliã de Notas e Oficial do Registro Civil  
Izilda Alves Fernandes



### CERTIDÃO

CERTIFICO, que no Livro A-007, às folhas nº 024Vº  
À 026, sob nº 1.509, em data de 14/04/2021, foi registrado, neste  
Registro de Pessoa Juridica, a ATA DE FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DO  
ESTATUTO, CRIAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO  
FISCAL, do CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO  
VERDE - MT - CONSEG; com sede nesta Comarca de Campo Verde, Estado de  
Mato Grosso. Emolumentos: R\$-46,70-.....  
.....

Por ser verdade, dou fé.

Campo Verde - MT, 14 de Abril (04) de 2021.

*Izilda Alves Fernandes*

IZILDA ALVES FERNANDES

TABELIÃ DE NOTAS.

Oficial do Registro de  
Pessoa Juridica

*Antonio Roberto Fernandes*  
Antonio Roberto Fernandes  
Tabelião Substituto



2º Serviço Notarial e Registral  
Comarca de Campo Verde - MT  
CNPJ: 36.924.884/0001-18  
Tabeliã de Notas e Oficial do Registro Civil  
Izilda Alves Fernandes

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - MT  
Selo de Controle Digital

Cod. Ato(s): 180

BNE 88731 R\$ 46,70

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)



36.924.884/0001-18



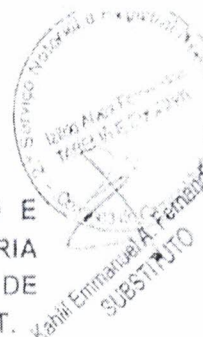
Selo de Controle  
Digital

2º Serviço Notarial e  
Registral NESKEN

Av. Manoel Gonçalves Araújo, 555  
Centro - CEP 78.840-000  
CAMPO VERDE - MT



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL, TENDO POR FINALIDADE A FUNDAÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO, CRIAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, CONSEG-CAMPO VERDE/MT.**



Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e um (31/03/2021) às 19:30m (dezenove horas e trinta minutos) conforme publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso n. 27.954 página 138 o Edital referente a fundação e criação da Diretoria do CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE CAMPO VERDE, CONSEG/CAMPO VERDE-MT, para o período de 2021-2024, em seu Art. 1º - A Fundação e criação dar-se-á por votação ou por aclamação a ser realizada por meio de APLICATIVO ZOOM CLUD ID, cumprindo as normas e decretos da vigilância sanitária da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde devido a Pandemia do coronavírus. Onde será presidida pela Comissão Eleitoral composta por membros da FEconseg MT. Assim sendo, conforme Edital, tendo como finalidade a fundação, criação e eleição da comissão, aprovação do Estatuto e filiação a FECONSEG MT, seguindo a Lei Estadual 10.931/2019 fortalecendo os trabalhos da sociedade civil organizada, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, sem cunho político partidário, com todos devidamente conectados ao aplicativo, dessa forma sendo declarada a abertura da reunião pela Presidente da Feconseg MT Sr Danillo Correa de Moraes, no uso da palavra deu boas vindas e falou sobre o relevante interesse coletivo e a importância social das obras dos Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEG's e da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de Mato Grosso - FECONSEG/MT. Dada a palavra a Sra. Flávia Portela esta ressaltou a importância dos Conselhos Comunitários de Segurança e parabenizou a iniciativa da comunidade Campoverdense. Em seguida, com a palavra, o Sr. Luis Junqueira, Diretor Jurídico da CONFECOM e FECONSEG-MT, parabenizou a mesa diretora, enfatizando que juntos somos mais fortes, além da importância de uma gestão pautada pela moralidade e transparência. Após a explanação do presidente da FECONSEG, por não haver uma chapa concorrente, foi eleito por aclamação o Sr. Antônio Aparecido Toneto como Presidente do CONSEG-Campo Verde/MT. Sendo assim a Diretoria Executiva aprovada o Presidente da FECONSEG/MT declara empossada a Diretoria e passa a palavra ao Senhor Presidente eleito para mandato de quatro anos nos exercícios 2021 a 2024. O Sr. Antônio Aparecido Toneto agradeceu a confiança depositada pelos demais, ressaltou a importância do CONSEG-Campo Verde/MT e que sua atuação será sempre pautada em princípios. O Sr. Antônio Aparecido Toneto realizou a leitura da Lei 10.931/2019: A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei: Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o reconhecimento do relevante interesse coletivo e a importância social das obras dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEGs e da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso - FECONSEG/MT e seus filiados no âmbito do Estado de Mato Grosso. Art. 2º Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - CONSEGs são entidades de direito privado, que atuam no apoio aos órgãos da segurança pública do Estado de Mato Grosso, nas relações com a comunidade para a solução conjunta dos problemas sociais com base na filosofia de segurança comunitária, vinculados, por adesão, às diretrizes estratégicas emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ. § 1º Os CONSEGs serão representados pela Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso - FECONSEG/MT, que, inclusive, regulará a criação ou a extinção dos respectivos conselhos. § 2º O Poder Executivo não poderá atuar nos processos de formação, coordenação e avaliação dos CONSEGs. Art. 3º Os Conselhos Comunitários de Segurança - CONSEGs têm por finalidade: I - criar meios que assegurem à população o exercício pleno de sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural e a construção de sua cidadania; II - avaliar as políticas públicas; III - colaborar no equacionamento e solução de problemas relacionados com a segurança pública; IV - buscar o bem social com a participação dos Órgãos Públicos, das entidades civis e comunidades; V - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, estadual e municipal; VI - coordenar a execução e realizações de programas em benefício à sociedade. Art. 4º Compete aos CONSEGs: I - sugerir prioridades na área de segurança pública no âmbito do Estado; II - (VETADO); III - acompanhar e avaliar os serviços de

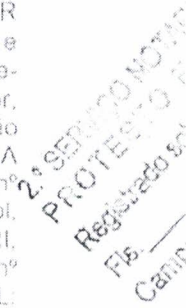
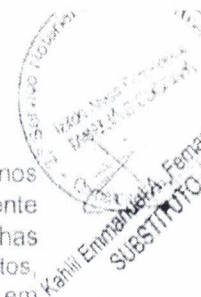
2º SERVIÇO NOT  
PROTESTO  
Registrat.  
Fls. 2

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



segurança pública e privada, prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços de proteção do cidadão; IV - estimular o permanente relacionamento da comunidade com as forças de segurança pública; V - desenvolver campanhas voltadas a não violência e pela paz; VI - estimular a cooperação entre os bairros, distritos, municípios e demais localidades que compõem o território do Estado de Mato Grosso, tendo em vista as ações e os objetivos dos CONSEGs; e; VII - organizar encontros, estudos, debates e eventos que permitam aproximar seus objetivos aos dos cidadãos. Art. 5º Os CONSEGs elaborarão seu Regimento Interno dispondo sobre sua organização, funcionamento e diretrizes básicas de atuação nos termos desta Lei. Art. 6º A declaração de utilidade pública de cada CONSEG como entidade autônoma dotada de personalidade jurídica própria se fará por lei específica. Art. 7º (VETADO) Art. 8º A função de membro do CONSEG é considerada serviço público relevante e não será remunerada. Art. 9º As reuniões do CONSEG serão públicas e abertas, devendo realizar-se em local de fácil acesso à comunidade, preferencialmente em imóveis de uso comunitário. Art. 10 Todo CONSEG deve: I - indicar um endereço para sede, administração, remessa de correspondência e, se possível, atendimento à comunidade, mantendo-o atualizado; II - adotar os seguintes livros de controle e de registro das operações decorrentes de suas atividades: a) livro de atas de reuniões da diretoria; b) livro de registro de ética e disciplina; c) livro de presenças às reuniões; d) livro de prestação de contas. Art. 11 (VETADO). Art. 12 A FECONSEG/MT fica autorizada a implementar diretrizes e a expedir regulamentação por meio de atos normativos. Art. 13 A FECONSEG e os CONSEGs ficam legitimados a receber recursos oriundos de transações judiciais, pena pecuniária, multas, doações, repasses e quaisquer outros recursos financeiros provenientes de órgãos públicos e da iniciativa privada, podendo celebrar convênios, termos de cooperação técnica e afins. Art. 14 Esta Lei será regulamentada nos termos do art. 38-A da Constituição Estadual. Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 15 de agosto de 2019.

as) MAURO MENDES FERREIRA Governador do Estado. Após a leitura foi realizada a deliberação para a aprovação do Estatuto e da constituição da diretoria executiva e conselho fiscal. Ato contínuo, dada uma pausa foi indagado a todos os integrantes se aprovam o Estatuto, onde foi aprovado por unanimidade a criação do Conselho Comunitário de Segurança do Município de Campo Verde/MT, bem como o seu Estatuto, ficando constituída após aprovação a diretoria executiva com mandato nos exercícios 2021 a 2024 com a seguinte formação: PRESIDENTE: ANTÔNIO APARECIDO TONETO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG sob nº 3450992-5 SSP/MT, CPF sob o nº 704.360.299-87, domiciliado a Rua Rondônia n 255, bairro São Lourenço, Campo Verde-MT. DIRETOR EXECUTIVO: ANDRÉ REGIS TAVARES, brasileiro, solteiro, professor, portador do RG sob nº 18215904 SESP/MT e CPF sob o nº 018.248.341-04, domiciliado a Rua Juína C 680, Bairro Chácara das Uvas, Campo Verde-MT. SECRETÁRIO GERAL: LUIZ RICARDO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, professor, portador do RG sob nº 18.9917-8 SSP/MT, CPF sob nº 025.456.301-52, domiciliado a Rua Maranhão nº 100, bairro São Lourenço, Campo Verde-MT. DIRETOR ADMINISTRATIVO: VANICE ESTER WESZ BIRCK, brasileira, casada, empresária, portadora do RG sob nº 09405437 SESP/MT e CPF sob nº 925.191.301-30, domiciliada a Rodovia MT 344 Km 03, Zona Rural, Campo Verde-MT. DIRETOR FINANCEIRO: GERCILEI DE OLIVEIRA BORGES, brasileiro, casado, contador, portador do RG sob nº 0945532-9 SSP/MT, CPF sob nº 622.409.941-34, domiciliado a Rua João Pessoa nº 162, Centro Campo Verde-MT. DIRETOR DE POLÍTICAS ANTIDROGAS: MARINA BISCO PANICE, brasileira, casada, veterinária e produtora rural, portadora do RG sob nº 18825524 SSP/MT, CPF sob nº 020.468.691-17, domiciliada a Rua Tupi, s/n, bairro Vale do Sol, Campo Verde-MT. DIRETOR SOCIAL E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS: ADILSO BARBIERI, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG sob nº 3274105-7 SSP/MT, CPF sob nº 388.101.400-44, domiciliada a Av. Brasil, 326, Centro, Campo Verde-MT. COMISSÃO FISCAL: JEFERSON PEREIRA, brasileiro, casado, bancário, portador do RG sob nº 81627665 SESP/PR, CPF sob nº 037.413.499-50, domiciliado a Rua Sem denominação, quadra 16 Lote 29, bairro Buritis, Campo Verde-MT. COMISSÃO FISCAL: SIMONE GOMES DE ARAUJO ROHENKOHL, brasileira, casada, contadora, portadora do RG sob nº 1284435-5 SSP/MT, CPF sob nº 954.540.801-44, domiciliada a Rua Tupi 436, condomínio das Palmeiras, Vale do Sol, Campo Verde-MT. SUPLENTE DA COMISSÃO FISCAL: DR. NICOMEDES LINDOLFO FREITAS NETO, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob nº 0992613-5 SSP/MT, CPF sob nº 882.907.191-97, domiciliado a Rua João Pessoa, esquina com a Rua Manoel Genildo de Araújo, Campo Verde-MT. E IZILDA ALVES FERNANDES, brasileira, casada, tabeliã, portadora do RG sob nº 058.221 SSP/MT, CPF sob nº 141.607.221-72, domiciliada a Rua Manoel Genildo de Araújo, nº 505, bairro Campo Real II, Campo Verde-MT. Em seguida, com a palavra o Presidente



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



da FECONSEG, desejou uma boa gestão à Diretoria e compromisso juntos aos municípios, sempre em parceria com as forças de segurança, Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, Ministério Público; A seguir o Senhor Presidente Antônio Aparecido Toneto franqueou a palavras aos demais partícipes que parabenizaram a Diretoria eleita e ressaltaram a importância da atuação da Sociedade Civil, bem como dos Conselhos Comunitários em trabalhar juntamente com os órgãos competentes. Nada mais a ser discutido, o Sr. Danilo Moraes agradeceu a presença e o apoio de todos, parabenizando a Diretoria eleita em nome de seu Presidente Eleito, Antônio Aparecido Toneto. Deu-se por encerrada a Assembleia Geral as 20:20 horas, e eu Viviane Bernardino Ferreira, secretária nomeada para o ato lavrei a presente Ata, que após lida e apreciada, firma o Presidente da Assembleia a veracidade da mesma, que foi aprovada por todos, sendo ao final, esta Ata aprovada pelos presentes na Assembleia de constituição onde assinaram no livro de presença as reuniões, a folha 01.

2020 Novembro 9  
Emmanuel A. Fernandes  
SUSCRITO

ANTÔNIO APARECIDO TONETO  
PRESIDENTE

ANDRÉ REGIS TAVARES  
DIRETOR EXECUTIVO

LUIZ RICARDO DE SOUZA  
SECRETÁRIO GERAL

VANICE ESTER WESZ BIRCK  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GERCILEI DE OLIVEIRA BORGES  
DIRETOR FINANCEIRO

MARINA BISCO PANICE  
DIRETOR DE POLÍTICAS ANTIDROGAS

ADILSO BARBIERI  
DIRETOR SOCIAL E DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

JEFERSON PEREJON  
CONSELHO FISCAL TITULAR

SIMONE GOMES DE ARAUJO ROHENKOHL  
CONSELHO FISCAL TITULAR

NICOMEDES LINDOLFO FREITAS NETO  
CONSELHO FISCAL SUPLENTE

IZILDA ALVES FERNANDES  
CONSELHO FISCAL SUPLENTE

VIVIANE BERNARDINO FERREIRA  
SECRETÁRIA NOMEADA PARA O ATO

2.º SEMESTRE 2020  
PROTESTADO  
Registrado  
Fls. \_\_\_\_  
Camp.



2º Serviço Notarial e Registral Nasken  
Serventia 33 - Comércio de Campo Verde - MT  
Av. Manoel Cavaco de Araújo, 535 - Centro Rural - CEP: 78040-000 - Campo Verde - MT  
Tel. (66) 3418-1430 / 3418-1197 - www.senotariaregistrarenasken.com.br

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - MT  
Selo de Controle Digital

Cod. Ato(s): 127,128,1;

BNE 88730 R\$ 91,80

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)



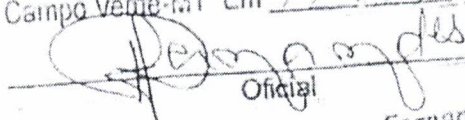
Kahlil Emmanuel A. Fernandes  
SUBSTITUTO



Selo de Controle  
Digital

2º SERVIÇO NOTARIAL, PESSOA JURÍDICA  
PROTESTO E REGISTRO NASKEN

Registrado sob n.º 1.508  
Fls. 024v do livro n.º A-007  
Campo Verde-MT Em 14/04/2021

  
Oficial

Antonio Roberto Fernandes  
Tabelião Subst.



PEDRO TONETO NETO  
RENECITA FARIA DE OLIVEIRA TONETO

01/02/1970

MARIALVA PEREIRA

FOR A COPY OF **WATERGATE** CONTACT US TODAY

047546

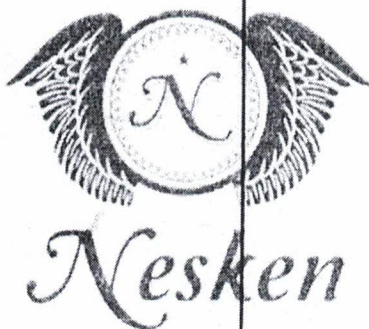
*[Signature]*

1.8.2004 14:00

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

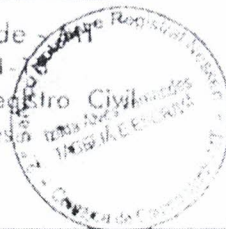
1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705 2706 2707 2708 2709 2710 2711 2712 2713 2714 2715 2716 2717 2718 2719 2720 2721 2722 2723 2724 2725 2726 2727 2728 2729 2730 2731 2732 2733 2734 2735 2736 2737 2738 2739 2740 2741 2742 2743 2744 2745 2746 2747 2748 2749 2750 2751 2752 2753 2754 2755 2756 2757 2758 2759 2760 2761 2762 2763 2764 2765 2766 2767 2768 2769 2770 2771 2772 2773 2774 2775 2776 2777 2778 2779 2780 2781 2





## 2º Serviço Notarial e Registral Nesken

Comarca de Campo Verde  
CNPJ: 36.924.884/0001-18  
Tabelião de Notas e Oficial do Registro Civil  
Izilda Alves Fernandes



### CERTIDÃO

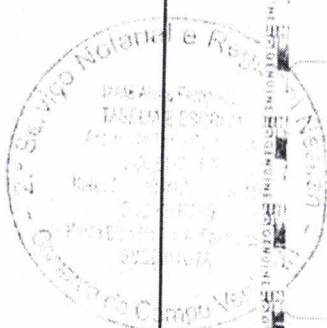
CERTIFICO, que no Livro A-007, às folhas nº 026Vº  
À 032, sob nº 1.510, em data de 14/04/2021, foi registrado, neste  
Registro de Pessoa Jurídica, o ESTATUTO SOCIAL, do CONSELHO  
COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT - CONSEG;  
com sede nesta Comarca de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.  
Emolumentos: R\$-46,70-.....

Por ser verdade, dou fé.

Campo Verde - MT, 14 de Abril (04) de 2021.



IZILDA ALVES FERNANDES  
TABELIÃ DE NOTAS.  
Oficial do Registro de  
Pessoa Jurídica



2º Serviço Notarial e Registral Nesken  
Av. Manoel Gualido Araújo, 555 - Centro - CEP 78.840-000 - Campo Verde - MT  
Tel: (65) 2812-1140 / 1.286.1140

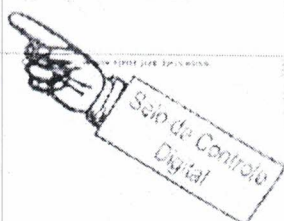
Antonio Roberto Fernandes  
Tabelião Substituto

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso - MT  
Selo de Controle Digital

Cod. Ato(s): 160

BNE 88733 R\$ 46,70

Consulta: [www.tjmt.jus.br/selos](http://www.tjmt.jus.br/selos)



36.924.884/0001-18

2º SERVIÇO NOTARIAL E  
REGISTRAL NESKEN

Av. Manoel Gualido Araújo, 555  
Centro - CEP 78.840-000  
CAMPO VERDE - MT

ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA  
DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT

2023/03/31  
Kahil Emmanuel A. Fernandes  
SUBSTITUTO

DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E FÔRO

Art. 1.º O ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT constituído em 31 de março de 2021, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, regida por este Estatuto e demais Leis que lhe forem aplicáveis, com sede e foro situado a Rua Rondônia 255, CEP 78.840-000 com área de atuação abrangendo o município, com prazo de duração por tempo indeterminado e foro jurídico na cidade de Campo Verde, estado de Mato Grosso e filiado à Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança/MT regulamentado pela Lei estadual 10.931/2019.

Parágrafo único. O ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT, poderá adotar logomarca própria, podendo também ser denominada por CONSEG.

Art. 2.º O ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT – CONSEG, tem por finalidade apoiar e fortalecer às relações da sociedade, com todos os segmentos públicos para a solução integrada dos problemas de Segurança Pública, visando prioritariamente desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano.

§ 1.º Para a consecução de suas finalidades, ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT – CONSEG poderá sugerir promover, colaborar, coordenar e executar ações e projetos visando:

I –constituir-se no canal privilegiado pelo qual o governo em todas suas esferas auscultará a sociedade, contribuindo para que os órgãos públicos operem em função do cidadão e da comunidade;

II –congregar as lideranças comunitárias da área, conjuntamente com as autoridades policiais, no sentido de planejar e promover ações integradas de segurança, que resultem na melhoria da qualidade de vida da comunidade e na valorização da missão institucional;

III –propor às autoridades policiais a definição de prioridades na segurança pública, na área de atuação do CONSEG;

IV –articular a comunidade visando a solução de problemas ambientais e de riscos sociais à saúde e integridade dos cidadãos, promovendo ações à comunidade que garantam a preservação, defesa e conservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento sustentável;

V –fortalecer a organização política, social e econômica da comunidade, defendendo seus interesses, junto a instituições sejam estas, públicas ou privadas, visando à garantia e obtenção de atividades e serviços, principalmente no atendimento das necessidades básicas como segurança, saúde, educação, habitação, transporte e lazer dentre outras;

VI –promover parcerias com pessoas físicas ou jurídicas de qualquer natureza e ações para desenvolver e acompanhar os projetos, promovendo inclusive parceria com outros órgãos ou organizações que visem o bem-estar da comunidade, desde que não colidam com o disposto no presente Estatuto;

2º ESTATUTO MT  
PREVISTO  
REGULADO  
Pelo  
Constituinte

Taveiro



VII – participar efetivamente, mediante fiscalização, sugestões e críticas que visem melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos de qualquer natureza;

VIII – desenvolver e implantar sistemas para coleta, análise e utilização de avaliação dos serviços público prestados a comunidade, bem como reclamações, reivindicações e sugestões do público para que sejam levadas ao conhecimento das Secretarias correspondente ao serviço, a fim de que em conjunto busquem a solução do problema;

IX – programar eventos comunitários que fortaleçam os vínculos da comunidade com sua polícia e o valor da integração de esforços na prevenção de infrações e acidentes;

X – promover a geração de trabalho e renda comunitária, através do ensino e execução de práticas cooperativistas e associativistas de valor cultural e/ou econômico, da capacitação profissional, do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza;

XI – apoiar e auxiliar ações dos órgãos públicos na comunidade viabilizando seu trabalho no sentido de estreitar as relações entre os respectivos órgãos, com vistas ao saneamento dos problemas comunitários em suas circunscrições a fim de garantir a manutenção da ordem Pública, fazendo valer os direitos constitucionais do cidadão e da sociedade;

XII – planejar e executar programas motivacionais, visando maior produtividade dos servidores públicos da área, reforçando sua autoestima e contribuindo para melhoria do serviço prestado;

XIII – promover o direito das pessoas portadora de necessidades especiais, dos direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, dos direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XIV – promover a ética, a paz, a cidadania, a prática do voluntariado, os direitos humanos, a democracia, dentre outros direitos universais.

§ 2.º A participação de qualquer um dos membros do CONSEG se dará na forma da Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

Art. 3.º A dedicação às atividades previstas no artigo 2.º concretiza-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos e ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou ainda pela prestação de serviços intermediários, de apoio de outras organizações sem fins lucrativos, de autarquias ou instituições dos setores públicos, privados, não governamentais, que atuem em áreas afins, desde que não fira os interesses sociais do CONSEG nem que este perca sua individualidade ou poder de decisão;

Art. 4.º No desenvolvimento de suas atividades o CONSEG atenderá à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, credo nem terá caráter político-partidário.

## CAPITULO II

### DA FORMAÇÃO, DA CATEGORIA DOS MEMBROS SEUS DIREITOS E DEVERES, DOS SÍMBOLOS E DA DENOMINAÇÃO

Art. 5.º O ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT – CONSEG , será formado por pessoas da comunidade com a qual possuam interesse em comum, independente de cor, raça, credo religioso e ideologia política, dentro dos requisitos básicos do Art. 8º, deste Estatuto.

Emmanuel A. Fernando  
SUBSTITUTO

2º SERVIÇO NOT.  
PROFESSOR  
FELIPE  
CAMPO

Torres e S

Art. 6.º O ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT - CONSEG, será constituído por número ilimitado de integrantes da sociedade civil, a partir de sua diretoria e todos, inclusive a diretoria, prestarão o serviço voluntário que trata o § 2.º do Artigo 2.º deste Estatuto.

§ 1.º A prestação do serviço voluntário de que trata o caput deste artigo, prevista ainda no § 2.º do Artigo 2.º deste Estatuto, será instrumentada, obrigatoriamente, através do preenchimento e assinatura do termo de Adesão ao Serviço Voluntário, previsto no Anexo deste Estatuto, que deverá, ainda, ter firma reconhecida em cartório.

§ 2.º Nos cargos previstos para a Diretoria a idade mínima será de 18 anos, no dia anterior à posse.

Art. 7.º O CONSEG será formado pelas seguintes categorias de membros:

I – **Sócio Honorário**: São as pessoas físicas ou jurídicas, não associadas que venham a ser homenageadas pelo CONSEG, por um feito valioso;

II – **Sócio Benemérito**: São as pessoas físicas ou jurídicas que contribuam voluntariamente com as atividades do CONSEG na execução de seus objetivos;

III – **Sócio Contribuinte**: São as pessoas físicas, regularmente registradas em livros e fichas de matrícula e que contribuam com apoio financeiro, material ou com serviços, além de doar a taxa de membros.

**Parágrafo Único.** Poderão votar e ser votados, todos os integrantes das categorias de membros, desde que estejam em dia com suas obrigações.

Art. 8.º As condições para ser sócio contribuinte são:

I – ser voluntário;

II – ter idade mínima de 18 anos;

III – não registrar antecedentes criminais, dispensando-se tal exigência, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada do Presidente, com parecer favorável dos integrantes da Diretoria Executiva;

IV – ser representante de organizações que atuem na área do CONSEG, a saber: entidades associativas, clubes de serviços, imprensa, instituições religiosas ou de ensino, organizações de indústria, comércio ou de prestação de serviços;

V – Ser membro da comunidade, ainda que não representante de organização prevista no inciso anterior;

VI – Fazer compromisso de fiel observância às normas reguladoras do CONSEG, nos termos do artigo 8º deste Estatuto;

VII – Ter conduta ilibada, no conceito da comunidade que integra.

Art. 9.º A filiação deverá ser feita mediante a inscrição no livro e ficha de matrícula, onde o associado adquire os direitos e assume todas as responsabilidades e deveres previstos neste Estatuto. Todos os integrantes receberão um cartão de identificação, que ocorrerá em reunião solene, após prestar o seguinte compromisso:

*"Incorporando-me voluntariamente ao CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA - MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE MT- CONSEG, prometo, pela minha honra, trabalhar pelo progresso, harmonia e segurança em minha comunidade. Recusarei qualquer vantagem ou privilégio pessoal em razão da liderança que ora exerço e cumprirei fielmente a legislação que regula este Conselho. Assim procedendo, contribuirei para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos órgãos de Segurança Pública e de Defesa Social à sociedade e serei merecedor do respeito de minha família, de minha comunidade e de meus concidadãos".*

I – Antes do compromisso, o Diretor Presidente exporá aos integrantes as responsabilidades comunitárias que assumem;

*Vereto 2*

2007-03-23  
Kamil Emmanuel Fernandes  
SUBSTITUTO

2007-03-23  
Pelo Presidente  
Fls. 100  
Camp



Assinatura  
Kahil Emmanuel A. Fernandes  
SUBSTITUTO

- II – o compromisso será lido pelo Secretário;
- III – Terminada a leitura, o membro efetivo responderá: "*Eu prometo*";
- IV – após o compromisso, os membros serão saudados pelo Diretor Presidente, assinarão a ata de reunião solene e receberão seus cartões de identificação;
- V – o cartão de identificação que trata este artigo terá ao modelo da **FECONSEG.MT.**

**Art. 10.** São direitos dos sócios contribuintes quites com o **CONSEG**:

- I – fazer parte das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos por elas tratadas;
- II – votar e ser votado para qualquer cargo ou função de administração, desde que estejam quites com suas obrigações e atendam as disposições do **Parágrafo único do artigo 9º**;
- III – pedir qualquer informação sobre os negócios do **CONSEG**;
- IV – ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como, a todos os planos, relatórios e prestações de contas, mediante solicitação a Diretoria Executiva;
- V – gozar de todos os serviços prestados pelo **CONSEG**;
- VI – fazer parte de comissões e grupos de trabalho quando designados para tais funções;
- VII – pedir demissão.

**Parágrafo único.** A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da entidade, não podendo ser negada, desde que o mesmo esteja com os seus compromissos quitados.

**Art. 11.** São deveres comuns dos sócios contribuintes:

- I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto, deliberações e resoluções dos órgãos do **CONSEG**;
- II – comparecer às Assembleias;
- III – contribuir com a taxa de sócio no valor correspondente ao estipulado em Assembleia;
- IV – cumprir pontualmente os compromissos que contrair junto ao **CONSEG**;
- V – respeitar e acatar as deliberações tomadas pelo Conselho Diretor e pelas Assembleias;
- VI – cooperar para o desenvolvimento, maior prestígio e zelo do nome e do patrimônio do **CONSEG**, bem como atender e difundir seus objetivos e ações.

§ 1.º Considera-se falta grave passível de punição que vai desde a suspensão de direitos por tempo indeterminado, como benefícios adquiridos através do **CONSEG**, até a exclusão do associado que provocar ou causar dano moral ou material ao **CONSEG**.

§ 2.º Ao associado excluído será garantido o direito de defesa e ao contraditório.

§ 3.º Os sócios não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos do **CONSEG** ou pelos atos praticados pelo Conselho Diretor.

**Art. 12.** São símbolos do **CONSEG**: o logotipo, seu hino e o estandarte.

**Art. 13.** Os nomes "**CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA**" e "**CONSEG**", bem como seus plurais, são de uso exclusivo da **Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança de Mato Grosso- FECONSEG**, que facultará seu uso às organizações definidas no artigo 1º deste Estatuto.

Torres R B

Art. 14. Cada CONSEG terá a denominação da sua área geográfica (Município, bairro ou bairros), escolhido tal nome em reunião ordinária e inserido no listel do logotipo do respectivo Conselho.

Kahil Emmanuela Fernandes  
SUBSTITUTO

Art. 15. O CONSEG será identificado publicamente por seu nome e logotipo, sendo vedado:

I – associar o nome ou o logotipo do CONSEG a outras organizações, ou utilizá-los com fins comerciais, sem autorização do presidente do CONSEG Local;

II – associar o nome ou o logotipo do CONSEG a símbolos de uso exclusivo do poder público, especialmente o Brasão das Polícias do Estado de Mato Grosso;

III – facultar o uso do nome ou do logotipo do CONSEG a quem não seja membro efetivo do respectivo Conselho, para que se apresente em público como seu integrante.

Art. 16. O uso indevido do nome CONSEG e de seus símbolos, ou a deliberada tentativa de uso de nome ou símbolo semelhante, no intuito de confundir autoridades ou a comunidade, ensejará medidas legais contra os autores da infração.

### CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÕES

Art. 17. São órgãos do ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT – CONSEG :

- I – A Assembleia Geral;
- II – O Conselho Diretor;
  - 1. Diretoria Executiva;
  - 2. Conselho Fiscal;
  - 3. Conselho Consultivo.

#### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18. A Assembleia Geral é o órgão supremo do CONSEG. É constituída pelos sócios contribuintes, em pleno gozo de seus direitos estatutários, com poderes para deliberar sobre todos os negócios sociais, aprovar, retificar ou ratificar todos os atos que interessem ao CONSEG.

Art. 19. Compete a Assembleia Geral.

- I – eleger os integrantes da Diretoria Executiva e Conselho fiscal;
- II – apreciar e aprovar o balanço anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior; o orçamento e o Plano Anual de trabalho para o novo exercício;
- III – destituir qualquer diretor eleito que venha a ferir os princípios deste estatuto;
- IV – destituir a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, quando necessário;
- V – deliberar sobre exclusão dos associados;
- VI – deliberar sobre todas as questões políticas, administrativas e organizativas quando colocadas à sua apreciação;
- VII – deliberar sobre os casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 20. A Assembleia Geral acontecerá ordinariamente (01) uma vez por ano até o mês de abril para exame dos relatórios das contas do exercício anterior e aprovação do Plano Anual de Trabalho e Orçamento do novo exercício e extraordinariamente sempre que necessário.

Tameto R



Kanili Emmanuel A. Fernandez  
SUBSTITUTO

Art. 23. As deliberações são tomadas pela maioria de votos, tendo cada membro direito a um voto que lhe é intransferível.

1 - pelo Conselho Fiscal:

II – por requerimento de, pelo menos, 1/5 (um quinto) de seus associados quites com as obrigações sociais.

**Parágrafo único.** As Assembleias Gerais extraordinárias acontecerão mediante edital de convocação afixado na sede da entidade e ou utilizando-se os recursos de comunicação disponíveis, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

I – em primeira convocação com a presença de metade mais um dos associados quites com suas obrigações sociais;

II – em segunda e demais convocação, com a presença de no mínimo um terço (1/3) dos associados quites com suas obrigações sociais.

**Parágrafo único.** As Assembleias especialmente convocadas para deliberar sobre a destituição ou afastamento de diretores só procederão validamente com voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros presentes e a convocação deverá ocorrer com no mínimo dez (10) dias de antecedência, através de edital afixado na sede da entidade e ou utilizando-se os recursos de comunicação disponíveis.

Art. 26. O Conselho Diretor é o órgão administrador deliberativo do CONSEG, e terá a seguinte composição:

- a) Diretoria Executiva;  
b) Conselho Fiscal;  
c) Conselho Consultivo.

§ 1.º A Instituição não remunera para o exercício de suas funções os membros dos cargos do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

§ 2.º Os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleias com mandato de (04) quatro anos.

## DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27. A Diretoria Executiva do CONSEG, eleita em Assembleia Geral, terá mandato de 04 anos. A diretoria executiva se reunirá mensalmente ou quando se fizer necessário e terá a seguinte composição:

2nd Edition  
Procedures  
Regulation  
File  
Com

Tomato R

Kahil Emmanuel A. Fernandes  
SUBSTITUTO

- I –Diretor (a) Presidente;
- II –Diretor (a) Executivo (a);
- III –Diretor (a) Administrativo (a);
- IV –Diretor (a) Financeiro (a);
- V –Diretor (a) de Políticas Antidrogas;
- VI –Diretor (a) Social e de Assuntos Comunitários;
- VII – Secretário (a) Geral.

**Art. 28.** Compete à Diretoria Executiva:

- I –dirigir e administrar o **CONSEG** em todos os atos;
- II –convocar as Assembleias Geral, Ordinária e Extraordinária; presidir as Assembleias Gerais com exceção daquelas que não for por ela convocada;
- III –estabelecer normas, controlar e orientar as atividades e serviços do **CONSEG**;
- IV –elaborar o Plano Anual de Trabalho do **CONSEG**, submetendo-o a Assembleia Geral;
- V –prestar conta de sua gestão;
- VI –firmar termos de parcerias, convênios, projeto, contratos como órgãos dos setores: público, privado, e não governamentais que atuem em áreas afins;
- VII –admitir, conceder demissão, eliminação ou exclusão, observando os artigos constantes neste Estatuto;
- VIII –contratar pessoas, fixando-lhes seus respectivos vencimentos, direitos e obrigações;
- IX –valorizar, incentivar e promover a pratica do voluntariado e o exercício do bem comum;
- X –abrir e movimentar contas bancárias, emitir, aceitar, avaliar e endossar títulos de créditos, inclusive cheques, aplicações e operações financeiras, desde que não contrariem seus objetivos sociais. Para tanto, serão necessárias assinaturas em conjunto do Diretor Presidente com os Diretores Administrativo e/ou Financeiro;
- XI –transferir, hipotecar, ou permutar bens patrimoniais, renunciar, desistir, fazer acordos, receber e dar quitação, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos e adquirir bens móveis, imóveis e semoventes, com autorização da Assembleia Geral especialmente convocada para este fim;
- XII –publicar e divulgar na mídia, jornais e outros meios de comunicação, os balancetes e movimentações financeiras, notícias e atividades, tornando transparentes os atos do **CONSEG**;
- XIII –propor aos seus membros e à **FECONSEG**: reformas ou alterações do presente Estatuto.

**Parágrafo único.** É vedado a qualquer membro da Diretoria Executiva ou qualquer associado, praticar atos de liberalidade à custa do **CONSEG** bem como atos publicitários que não seja vinculado ao conselho comunitário.

**Art. 29.** Compete ao Diretor (a) Presidente:

- I –representar o **CONSEG** judicial e extrajudicialmente;
- II –cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III –convocar as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinariamente;
- IV –presidir as Assembleias Gerais, com exceção daquelas que não for por ele convocada;
- V –celebrar parcerias, projetos, realizar filiação do **CONSEG** junto a instituições ou organizações que venham proporcionar melhoria para o **CONSEG** e seus membros, sem ferir a finalidade social da mesma;
- VI – admitir e demitir pessoas, fixando-lhes seus respectivos vencimentos, direitos e obrigações;

Toronto R



Shilpi Emmanuel Fernandes  
SUBSTITUTO

File  
Camp

Toronto R

VII –zelar pela fiel observância do Orçamento aprovado e autorizar as despesas previstas no mesmo;

VIII –apresentar os relatórios e despesas sempre que for solicitado;

IX –apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração do **CONSEG**, incluindo o relatório de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

X –conservar sob sua guarda os documentos relativos a tesouraria;

XI –manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;

XII –encaminhar anualmente aos membros, relatório de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos e parcerias, bem como os pareceres do Conselho Fiscal sobre os balancetes e o balanço anual;

XIII –coordenar sua equipe de trabalho e delegar poderes a seus subordinados;

XIV –exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente, neste Estatuto.

**Art. 33.** Compete ao Diretor (a) de Políticas Antidrogas:

I –elaborar, conjuntamente com o Conselho Diretor o planejamento anual de ações;

II –planejar, promover projetos e ações que visem a redução de danos no âmbito territorial do **CONSEG** em parceria com outros diretores;

III –organizar e dirigir os eventos desenvolvidos pelo **CONSEG**;

IV –formar grupos de trabalho para auxiliá-lo nos assuntos referentes às políticas antidrogas e em ações educativas do **CONSEG**;

V –coordenar sua equipe de trabalho e delegar poderes a seus subordinados;

VI –exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente, neste Estatuto.

**Art. 34.** Compete ao Diretor (a) Social e de Ações Comunitárias:

I –elaborar, conjuntamente com o Conselho Diretor o planejamento anual de ações;

II –planejar, promover projetos de Ação Social;

III –coordenar e dirigir núcleos de trabalho e desenvolvimento social;

IV –publicar e divulgar na mídia, jornais e outros meios de comunicação, todos os eventos realizados pelo **CONSEG**;

V –planejar e coordenar a realização de eventos de saúde, educação e cultura;

VI –coordenar sua equipe de trabalho e delegar poderes a seus subordinados;

VII –exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente, neste Estatuto.

**Art. 35.** Compete ao Secretário Geral.

I –Secretariar as reuniões das Assembleias do Conselho Diretor e redigir as Atas;

II –Manter em ordem os documentos e demais papéis que importem à Secretaria do **CONSEG**;

III –Exercer outras atribuições inerentes ao cargo e não previstas expressamente, neste Estatuto.

**Art. 36.** Os membros da Diretoria Executiva perderão o mandato quando:

I –cometerem grave afronta aos princípios do **CONSEG** especificado no presente no presente estatuto;

II –abandonarem o cargo sem prévia comunicação;

III –malversação ou dilapidação do patrimônio do **CONSEG**;

IV – Em caso de afastamento temporário ou definitivos de qualquer membro da diretoria os cargos serão preenchidos escalonado.

RECEBUEMOS  
12/07/2016  
12h00  
Emília Ferreira  
SUSPENSÃO

Torres



§ 1.º Todo afastamento temporário de qualquer membro do Conselho Diretor deverá ser notificado a Secretaria, sob pena de ser considerado abandono, tendo como consequência a perda do mandato.

§ 2.º Cinco (05) faltas consecutivas não justificadas resultará automaticamente em perda do mandato.

Art. 37. O CONSEG não remunerará seus dirigentes que atuem no Conselho Diretor.

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 38. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização financeira e contábil do CONSEG, composto por (02) membros titulares e (02) membros suplentes, todos pertencentes ao quadro de sócios e eleitos juntamente com a Diretoria Executiva.

§ 1.º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva 04 anos.

§ 2.º No caso de vacância de um Conselheiro Titular, seu suplente assumirá o mandato.

Art. 39. Compete ao Conselho Fiscal:

I – requisitar do Diretor Financeiro, documentos comprobatórios das operações econômicas financeiras realizadas pelo CONSEG;

II – dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábeis do CONSEG, oferecendo as ressalvas que julgar necessária;

III – examinar livros, documentos e correspondências do CONSEG;

IV – opinar sobre os balanços, relatórios e desempenhos financeiros, contábeis e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres aos órgãos superiores do CONSEG;

V – acompanhar o trabalho de eventuais Auditores Externos independentes;

VI – opinar, sempre que necessário, sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio do CONSEG;

VII – comparecer quando convocados, as Assembleias para esclarecer sobre seus pareceres;

VIII – opinar quanto à dissolução ou liquidação do CONSEG.

#### DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 40. O CONSEG terá um Conselho Consultivo, que será formado por autoridades que compõem o Sistema de Segurança Pública e de Defesa Social, convidadas pelo Presidente da Diretoria Executiva da entidade, para assessorar o Conselho Diretor em assuntos relacionados ao alcance dos seus fins.

Parágrafo único: Na impossibilidade da presença do titular, será reconhecido o seu representante legal.

Art. 41. Compete ao Conselho Consultivo:

I – assessorar o Conselho Diretor;

II – manifestar-se sobre planos e programas do Conselho Diretor, bem como outros assuntos que lhe for submetido;

III – encaminhar o Conselho Diretor e a Assembleia Geral, manifestações sobre questões que julgar importante;

IV – apreciar quando solicitado, as decisões do Conselho Diretor em grau de recurso, relatando-as quando for o caso, as Assembleias Gerais;

Substituto  
Enviado a: F. Enríquez  
2011/01/20

2011/01/20  
P. 10/11  
Registado  
F. 10/11  
Car

Torres R B

V – a pedido do Conselho Diretor, opinar sobre questões omissas nas deliberações das Assembleias e/ou Estatuto.

Emmanuel A. Ferreira  
SUBSTITUTO

#### DAS DIRETORIAS TERRITORIAIS OU REGIONAIS

**Art. 42** As Diretorias Territoriais serão criadas pela Diretoria Executiva, como órgãos intermediários e aglutinadores de determinado número de Conselhos Comunitários de Segurança, com vistas à implementação da política da **FECONSEG/MT E CONSEG DE CAMPO VERDE/MT**, em proveito da segurança pública e da qualidade de vida do cidadão.

**Art. 43** Compete às Diretorias Territoriais:

- I – zelar pelo bom funcionamento e correta execução dos trabalhos representando o Conselhos Comunitários de Segurança no seu território de atuação como diretor distrital;
- II – representar o Presidente o CONSEG no seu território, quando se fizer necessário, desempenhando as tarefas que lhe forem delegadas, mantendo sempre em sintonia e harmonia com a diretoria executiva;
- III – resolver os casos omissos e necessários dos Conselhos Comunitários de Segurança – **CONSEG** que lhe forem delegados;
- IV – enviar ocorrências e relatórios mensais das atividades da Diretoria Territorial ao Presidente do **CONSEG DE CAMPO VERDE/MT**.
- V – Elaborar Projetos da sua área distrital buscando recurso junto à diretoria executiva para que seja aplicado na sua área de atuação.

#### CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

**Art. 44.** O Patrimônio do **CONSEG** será constituído por:

- I – contribuições de Membros;
- II – aquisições e doações de bens móveis, imóveis e semoventes;
- III – ações de Títulos da dívida pública;
- IV – recursos oriundos de projetos encaminhados a órgãos públicos, privados, Autarquias e outras entidades não-governamentais;
- V – Contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privados, nacionais ou estrangeiras.

**Parágrafo único.** No caso de dissolução do **CONSEG**, o seu patrimônio será destinado à Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de Mato Grosso – **FECONSEG-MT** ou qualquer entidade sem fins lucrativos indicado pela diretoria local.

#### CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 45** Os recursos financeiros necessários à manutenção do **CONSEG** poderão ser obtidos por:

- I – termos de parcerias, convênios e contratos, firmados como o Poder público para o financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II – contratos e acordos firmados com empresas e agências, nacionais e internacionais;
- III – rendimentos e aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob sua administração;

Torres A

CF



Kahil Emmanuel A. Ferrnantes  
SUBSTITUTO

## CAPÍTULO VI

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 46 A Prestação de contas do CONSEG obedecerá:

- I – os princípios da Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II – a Publicidade, por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras do **CONSEG**, incluindo as certidões negativas de débito junto ao **INSS** e **FGTS**, colocando-os a disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III – a realização de Auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação de eventuais recursos objeto de termo de parceria;
- IV – a prestação de Contas de todos os recursos e bens recebidos, de origem pública, será feita conforme determina o **Parágrafo único do Art. 70. da Constituição Federal**.

## CAPÍTULO VII

### DAS ELEIÇÕES, MANDATO E PROCESSO ELEITORAL

Art. 47A eleição para membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal se realizará a cada 04(quatro anos) podendo reeleição por mais um mandato, sob a presidência e responsabilidade solidária de uma Comissão Eleitoral composta por membros efetivos do Conselho e da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança - FECONSEG, ocorrerá por votação direta e secreta, podendo dar-se do seguinte modo:

- II - Por maioria simples de votos dos membros efetivos presentes, quando houver mais de uma chapa inscrita para disputar o pleito.

Art. 48 Trinta (30) dias antes à data prevista da eleição, será eleita em Assembleia uma comissão especificamente para constituir o regimento da eleição, sendo esta comissão, dissolvida logo após o processo eleitoral.

Art. 49 A eleição deverá ocorrer até 10(dez) dias antes do término do mandato do Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, em Assembleia especialmente convocada para este fim;

**Art. 50.** Só poderá se candidatar o sócio quite com suas obrigações sociais, com no mínimo seis (06) meses de filiação, em pleno gozo de seus direitos, de acordo com as disposições deste Estatuto e mediante a apresentação de atestado de antecedentes criminais;

Art. 51. Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. O presente estatuto só poderá ser reformado a qualquer tempo por decisão da maioria absoluta dos membros, em Assembleia Geral convocada pelo CONSEG, especificamente para este fim, e entrará em vigor na data do seu registro em cartório.

convocada pelo CONSEG,  
do seu registro em cartório.

iva,  
de  
tivo  
Amil Emmanuel A. Remondes  
SUSTITUTO

Antonio Roberto Fernandes  
Tabelle Subs.

Kahil Emmanuel A. Hernandez  
SUBSTITUTO

Selo de Controle Digital